

Educação indócil: ação e militância na educação

Lígia Caroline Pereira Pimenta – Universidade Federal do Espírito Santos

Ana Paula Figueiredo Louzada – Universidade Federal do Espírito Santos

Fernando Yonezawa – Universidade Federal do Espírito Santos

Resumo

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre o movimento das ocupações estudantis às escolas secundaristas, ocorridas em 2016, bem como analisar seus efeitos no cotidiano de uma escola municipal de Educação de Jovens e Adultos da cidade de Vitória (ES). Para tanto, nos basearemos nas concepções de vida activa e de política de Hannah Arendt e traremos narrativas de alguns momentos vividos pelos atores desta escola durante as ocupações. Estaremos, ainda, norteados pela metodologia da pesquisa-intervenção em Análise Institucional para a realização destas análises. Assim, pretendemos compreender como a atuação da escola perfaz a construção de uma vida ativa e, ao mesmo tempo, reafirma a produção de uma educação militante.

Palavras-chave: política; educação; ocupações; vida ativa; militância.

Resumen

Este artículo tiene el objetivo de reflexionar sobre el movimiento de las ocupaciones estudiantiles a las escuelas secundarias, ocurridas en 2016, así como analizar sus efectos en el cotidiano de una escuela municipal de Educación de Jóvenes y Adultos de la ciudad de Vitória (ES). Para esto iremos nos basar en las concepciones de vida activa y de política de Hannah Arendt y traeremos narrativas de algunos momentos vividos por los actores de esta escuela durante las ocupaciones. También estaremos orientados por la metodología de la investigación-intervención en Análisis Institucional para la realización de estos análisis. Así, pretendemos comprender cómo la actuación de la escuela constituye la construcción de una vida activa y, al mismo tiempo, reafirma la producción de una educación militante.

Palabras clave: política; educación; ocupaciones; vida activa; militancia.

Nosso ponto de partida e problematização

Neste artigo, objetivamos analisar os efeitos das ocupações estudantis, ocorridas no ano de 2016, no cotidiano e práticas de trabalho de uma escola municipal de Educação de Jovens e Adultos de Vitória (ES). Pretendemos refletir sobre as ocupações estudantis e compreender a sua importância para a construção de uma educação militante. Partimos de uma pesquisa de mestrado¹, baseada no modo de atuação da Análise Institucional (AI) e na metodologia da pesquisa-intervenção. Também estaremos conduzindo as reflexões baseados nos conceitos de vida activa e de política de Hannah Arendt.

A AI constituiu-se como uma corrente teórico-metodológica, que faz interlocução com estudiosos de áreas como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia e a Pedagogia. Recebe também influência de outros movimentos intelectuais que questionavam as grandes dicotomias do pensamento ocidental (mente/corpo, objetividade/subjetividade, teoria/prática etc.) e buscavam repensar o papel assumido pelo pesquisador no campo de investigação (PASSOS; ROSSI, 2014).

René Lourau (2004), importante autor para os estudos analítico-institucionais, nos mostra que o trabalho do analista institucional começa sempre pelo surgimento de uma crise. Isso significa dizer que a crise é uma situação que desvela aquilo que se caracteriza como intolerável na instituição e que abre caminho para a realização da análise. Por isso “[...] em caso de crise, o que fazemos? Lutamos sozinhos, a dois, a três, a dez, a vinte, para que *todas* as pessoas envolvidas na situação se encontrem, falem entre si, reconheçam juntas os analisadores da situação, decidam coletivamente...” (LOURAU, 2004, p. 125).

Por outro lado, podemos pensar em situações para as quais o analista é convidado a compor o trabalho num estabelecimento sem que esteja, necessariamente, ocorrendo uma crise explícita no cotidiano das relações institucionais. Na ausência de uma crise explícita, Lourau (2004) afirma que é dever do analista, junto ao grupo para o qual trabalha, produzir meios de desvelar as crises que estão não-ditas, ou seja, ocultas ou silenciadas. Foi exatamente o que ocorreu em nosso trabalho: adentramos o cotidiano de uma escola municipal de educação de jovens e adultos com um problema de pesquisa previamente pensado para o ingresso no mestrado, uma proposta de atuação que buscava tratar de uma determinada crise no sistema educacional, mas que, naquele momento, não dizia respeito ao contexto que a escola vivia. O Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional foi convidado pela equipe gestora da escola a estabelecer ações conjuntas, via Extensão Universitária e/ou por pesquisa, no intuito dar mais consistência à proposta da escola. Em decorrência de tal convite é que se fez nossa entrada nesta instituição, pensando-a como campo de intervenção para esta pesquisa.

Nesta atuação, também nos norteiam os princípios da pesquisa-intervenção, para a qual toda investigação tem caráter político, na medida em que deva se inserir em espaços onde haja embates de força e enfrentamento das questões sociais atuais. Segundo Paulon e Romagnoli (2010, p.92), na pesquisa-intervenção se assume o compromisso social do pesquisador, que investiga implicado com os efeitos não-neutros de seu trabalho, prescindindo da dicotomia sujeito x objeto. Romagnoli (2014, p.46) ainda diz que a postura crítica, o combate ao reducionismo e a busca pela desnaturalização são características das ações do pesquisador-interventor. Na pesquisa-intervenção, portanto, o pesquisador não vai a seu campo de pesquisa apenas para coletar dados, adotando uma postura laboratorial, eximindo-se de interferir ou ser contaminado pelo que se passa

na realidade. O pesquisador-interventor atua, então, implicando-se com as questões que lhe tocam, buscando problematizá-las e procurando construir soluções que as transformem. Por isso é que, embora tivéssemos uma questão de pesquisa previamente montada, com o decorrer de nossa presença na escola, fomos a desconstruindo, para engajarmo-nos em um problema que contribuísse para a transformação das relações institucionais da escola, seja no nível dos encontros afetivos, seja naquilo que tocasse ao trabalho pedagógico. Partindo de nossa presença na escola, nossa questão principal de pesquisa passou a ser compreender e analisar a constituição de uma ética militante dentro da educação e o presente texto é parte integrante desta investigação.

Cabe destacar que o projeto político pedagógico e as ações desta escola assumem um caráter claramente militante, objetivando levar o direito à educação àqueles que o tiveram negado pelo sistema educacional tradicional, de modo a incluir as diversas minorias. Para isso, a escola se pulverizou por 25 turmas espalhadas por diferentes territórios da cidade, onde se prima por uma inclusão educacional que possibilite a interação das mais distintas especificidades: existem salas localizadas dentro de uma associação de material reciclável, ou dentro de um centro de convivência da terceira idade, onde estudam adolescentes juntos com idosos de 80 anos, jovens em situação de conflito com a lei e mulheres transexuais. Tomam a educação popular freireana como sua norteadora e constantemente recebem pesquisadores de diferentes áreas para atuarem em seu cotidiano. Como forma de se estabelecer uma educação crítica e ao mesmo tempo transdisciplinar, os professores desta escola são levados a trabalhar em duplas, de maneira que, por exemplo, a disciplina de Matemática se veja impelida a dialogar seu conteúdo com o educador de Artes, incluindo-se aí, ainda, a temática anual central da escola, que é decidida em reunião com todos os seus estudantes. Em geral, a escola se esforça para que, na discussão com os estudantes, esta temática ganhe caráter político: em 2016, o tema foi “meio ambiente, saúde e suas relações com o mundo do trabalho”. Além disso, anualmente são realizados pelo menos três seminários especiais, nos quais se aprofundam, em cada um, as seguintes problemáticas: o lugar social da mulher, as sexualidades e as negritudes.

Então, nossa pesquisa nesta escola veio se realizando a partir da participação ativa em reuniões de gestão, encontros de formação e planejamento docente, aulas e seminários especiais, sempre buscando realizar um trabalho capaz de compor com as práticas pedagógicas da escola, mas não deixando de estarmos atentos a seus impasses e pontos de cristalização. A partir desta presença constante e intensiva em diversos espaços dessa escola é que pudemos acompanhá-la em seu movimento de apoio aos estudantes secundaristas, quando da eclosão das ocupações das escolas de ensino médio.

Assim, o objetivo deste texto é relatar um pouco deste movimento de apoio oferecido pelos professores, bem como refletir sobre os seus efeitos para as práticas pedagógicas da escola, principalmente no que tange à importância de se politizar o trabalho educacional e construir uma educação militante.

A revoada secundarista e o movimento de apoio dos educadores

Antes de falarmos das ocupações dos estudantes secundaristas, é preciso lembrarmos rapidamente em que contexto histórico e sócio-político ele surgiu.

No Brasil, as movimentações estudantis voltaram a ganhar visibilidade na mídia no ano de 2013, disparadas a princípio pelo aumento da tarifa do transporte público, e cuja pauta maior era a implementação de passe-livre para todos os estudantes nos sistemas de transporte. Com palavras de ordem como “Não é por 20 centavos” e “Por uma vida sem catracas”, os estudantes secundaristas e universitários de diversas cidades do país tomaram as ruas em marcha exigindo a criação de tarifa única, auditoria nos contratos com as empresas de transportes urbanos e maior transparência nas contas públicas. As marchas pela redução da tarifa de transporte urbano e implementação do ‘passe livre’ para todos os estudantes têm seu marco inicial no município de Salvador, em 2003 – fato contado em documentário de Carlos Pronzato chamado *Revolta do Buzu*. Parte da população se juntou às primeiras marchas, exigindo o fim da violência policial, defendendo o direito dos estudantes ao passe livre e a melhores condições no transporte público urbano.

Já no ano de 2015, em São Paulo, os secundaristas se posicionaram frente à proposta de reorganização da gestão escolar, denunciando a tentativa de privatização do ensino e o desvio de verbas públicas destinada à alimentação dos estudantes. Diante da negativa do governo estadual em dialogar sobre as decisões que afetam diretamente a política de educação e, conseqüentemente, aos estudantes, estes decidiram ocupar suas escolas. Apropriaram-se do espaço escolar para promover debates sobre a conjuntura política e os reflexos no Sistema Nacional de Educação (SNE); realizaram aulas públicas, cineclubes, grupos de estudo e outras atividades culturais com o intuito de envolver ainda mais a comunidade nessas discussões.

Em 2016, o Brasil sofreu um golpe parlamentar que destituiu a presidenta eleita num processo de impeachment arquitetado pela elite política, que ascendia novamente no contexto brasileiro. Faz-se importante ressaltar que nestas eleições foram eleitos os parlamentares que atualmente compõem o Congresso com maior percentual de bancadas de ideologia conservadora dos últimos 50 anos da História do Brasil; bancadas formadas por agropecuários, militares e pastores cristãos. Quando a crise econômica mundial em curso desde 2008 atingiu o Brasil, em

2015, o governo Dilma já estava enfraquecido popularmente principalmente por conta da propaganda midiática contrária às ações de redistribuição de renda, incentivo à pesquisa e inovação, financiamento estudantil e habitacional, dentre outras medidas sociais propostas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em treze anos à frente da presidência. O impeachment da presidenta se concretizou deixando em seu lugar o vice-presidente Michel Temer, político pertencente a um partido formado pela oligarquia brasileira. Ao assumir o mandato interino, o vice-presidente tomou uma série de medidas que alterou radicalmente direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores, e sancionou uma emenda constitucional que congela por vinte anos os investimentos nas políticas de saúde, educação e assistência social: a Proposta de Emenda à Constituição número 55 (PEC-55).

Mesmo antes disso tudo, em 2014 surgiu um movimento de combate ao fomento da criticidade no contexto escolar. “Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016) é o lema do movimento civil-parlamentar utilizado para exigir a retirada de conteúdos de cunho político do currículo escolar. Este movimento está vinculado a parlamentares que se intitulam cristãos democratas, defensores de valores familiares. Para este movimento, a abordagem de temas como democracia, sexualidade, minorias sociais, socialismo, igualdade de gênero, fazem parte de um projeto de ‘doutrinação esquerdista’ que destruirá a democracia brasileira. Acusam professores das disciplinas de Sociologia, História, Artes e Filosofia de coagir estudantes a aceitarem estas ‘ideologias’. A proposta do movimento foi entregue ao plenário da Câmara dos Deputados na forma de Projeto de Lei Suplementar (PLS) em outubro de 2016.

É, pois, neste contexto que, em 2016, os estudantes secundaristas voltaram a ocupar as escolas, em protesto, principalmente contra a referida PEC-55 e à reforma do ensino médio. A PEC-55, aliada à efetivação do impeachment, foi o estopim que disparou as manifestações sociais no ano de 2016. Recebeu diversos cognomes tais como “A PEC da Maldade”, “PEC do Fim do Mundo” e “PEC da Morte”, nomenclaturas que aludem aos efeitos que serão gerados pela redução dos investimentos públicos com as políticas sociais. Esta proposta de emenda constitucional paralisa os investimentos em educação, bem como impede a realização de concursos públicos, com a justificativa de redução do que naturalizou chamar de gastos para o Estado.

Diante da ameaça da aprovação da proposta em 21 de outubro de 2016 teve reinício no estado do Espírito Santo (assim como ocorreu anteriormente nos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, São Paulo, entre outros) a tomada do espaço público escolar pelos estudantes secundaristas. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Barroso (EEEFM AB), em Vitória, foi a primeira ocupada e provocou um efeito cascata, com outras escolas aderindo ao movimento

nos dias subsequentes. Ao final da primeira semana somavam-se mais de 10 escolas ocupadas. Em poucos dias foram ocupadas mais de 60 escolas no Espírito Santo, incluindo-se, entre elas, uma escola de ensino fundamental.

No dia 21 de outubro as informações referentes à ocupação da primeira escola chegaram nos celulares quase instantaneamente pelos aplicativos de mensagens. Em menos de duas horas do início da ocupação dezenas de pessoas estavam frente à EEEFM Almirante Barroso, em Vitória, disponíveis para ajudar o movimento de ocupação; dentre elas, encontravam-se professores da escola de EJA em que atuamos como pesquisadores. Mobilizamo-nos com a ajuda de entidades ligadas aos Direitos Humanos, coletivos sociais e sindicatos para, de imediato, garantir agasalhos, colchonetes, mantimentos e também para impedir que a Polícia Militar do Espírito Santo (PM-ES), em sua atuação conhecidamente violenta e corriqueira, invadisse a escola e agredisse os estudantes.

Numa sexta-feira, cujo turno de trabalho é destinado à realização das formações continuadas, os docentes elencaram como ponto principal da reunião a necessidade de analisarem a participação da escola nas ocupações; nesta ocasião um professor reconhecido por seu engajamento com pautas sociais afirmou:

No sábado quando estourou na escola Agenor Roriz um grupo surgiu... Eu não tenho dúvidas de que os nossos professores [e depois a companhia do Fórum de EJA] foram decisivos para a manutenção daquele caos que estava ali.

A partir da fala dos próprios docentes, como a citada acima, fica evidente o entusiasmo em poder contribuir nas ocupações. Porém, este sentimento estava atrelado à preocupação de proteger os estudantes dos abusos autorizados pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Neste sentido, ao dizer “manutenção” do “caos”, o professor citado se referiu à importância da presença maciça dos docentes (dentre outras pessoas), na tentativa de garantir que o movimento dos secundaristas não fosse dissipado pelo uso da força policial.

Nos dias que se seguiram, outras escolas foram ocupadas e, numa quarta-feira, 26 de outubro, a equipe da escola já estava organizada e distribuída pelas escolas na Serra, Vila Velha, Cariacica e em Vitória para verificar se os estudantes precisavam de nosso apoio. Esta organização partiu da equipe gestora da escola que, via grupo do aplicativo whatsapp, havia sugerido que os professores habitantes da ilha de Vitória e do centro da cidade fossem em equipe às escolas da região e, aqueles moradores da área continental se encaminhassem a escolas das cidades conurbadas, como Serra e Cariacica. Neste dia, por volta das 8h da manhã, chegamos à EEEFM Romulo Castello (município de Serra) e, após passarmos por uma abordagem da PM-ES - que

catalogava os nomes dos apoiadores, tentando nos intimidar, fomos autorizados pelos estudantes a entrarmos na escola. Lá dentro encontramos, além dos professores daquela escola, os professores de ‘nossa’ escola, que organizaram junto aos estudantes uma assembleia para que deliberassem o curso da ocupação. Depois da assembleia, os estudantes pediram que nos apresentássemos dando uma introdução sobre a PEC 55, seus reflexos no SNE e, conseqüentemente, na vida deles.

Com um contingente de aproximadamente 10 professores e 2 pesquisadores, passamos a manhã conversando com os jovens sobre a importância dos movimentos de ocupação e a carga política que estes carregavam. Fomos convidados a regressar com outras aulas e, no momento em que saímos da escola – que há pouco menos de 24h havia sido ocupada – fomos informados de que aquele grupo de estudantes já havia deliberado as ações de comunicação, limpeza, alimentação, segurança e aulas para o segundo dia de ocupação: um movimento vivo de autogestão. Enquanto estávamos na EEEFM Rômulo Castello, os demais professores realizavam algo semelhante noutras escolas ocupadas. Aqui segue a fala de um dos professores da escola em que pesquisamos, que diz de suas observações, surpresas e aprendizagens ao participar do movimento:

Na segunda-feira, na marcha do IFES, no momento em que a gente passa pela Avenida Vitória os meninos do Estadual se juntam. E aí Cariacica para! Vem uma, duas, três, quatro... Cariacica toda parada, a revolução estava lá! Lá em Cariacica! E num processo de gestão que a gente precisa incorporar para Vitória. Muito mais rápido no processo de autonomia para organizar alimentação e outras coisas. Nas escutas, o mais fantástico era a perspectiva pedagógica que os meninos disseram para a gente, sabe? Os meninos diziam assim ‘Poxa, eu aprendi a cozinhar como ato político’. Uma menina falou ‘Eu criticava meu coordenador, mas quando eu vi que tinha que fazer coordenação com os meus colegas... ufa!’. Pena que o coordenador não estava lá para ouvir porque era uma outra lógica!

As semanas que se seguiram não esmoreceram a participação da escola nas ocupações. Uma rede de atendimento aos secundaristas foi ampliada de tal forma que em menos de duas semanas pelo menos 50 pessoas circulavam pelas escolas oferecendo apoio por meio de doações (alimentos e produtos de limpeza) e aulas públicas. Este grupo era composto por pais, associações e coletivos, professores e civis engajados em pautas políticas. Uma mobilização que, a exemplo dos estudantes, conseguiu organizar comissões de apoio e também acionar entidades de proteção à criança e ao adolescente no Espírito Santo.

Outra professora, também reconhecida por sua atuação em mobilizações sociais, narrou como seu cotidiano sofreu alterações em prol das ações realizadas pelos ocupantes secundaristas:

Eu estive mais focada em Vitória por conta da facilidade de deslocamento no trabalho, mas em Cariacica e Serra, meninos que estão em bairros ultra-periféricos estavam mobilizados, fazendo um movimento na praça com a comunidade e os pais apoiando...

Isso me chamou muita atenção pela capacidade de organização, de limpeza e de responsabilidade. E mais ainda, nas experiências que eu tive, eu vi a curiosidade deles em estudar e pesquisar sobre a conjuntura, trazendo para eles a responsabilidade de tomada de decisão mais adiante. **Como é que nós, professores, fomos muito bem acolhidos dentro dos limites que eles determinaram! Eu aprendi mais ainda que preciso fazer uma escuta com os adolescentes** (Grifos nossos).

Como dito anteriormente, ressaltamos o fato de que em todas as atividades das quais a escola e outros apoiadores participaram, a presença de pessoas não vinculadas às escolas só foi possível com o aval dos secundaristas. A produção de registros fotográficos no ambiente interno das ocupações foi realizada pelas comissões de comunicação, salvo quando fomos autorizados pelos ‘secundas’ a fotografar as aulas públicas e outras atividades que ofertamos ao movimento.

Com a proximidade do segundo turno das eleições municipais, que aconteceriam em 30 de outubro, houve muita pressão institucional (e civil) para que os estudantes desocupassem as escolas. A mídia passou a chamá-los de vândalos, produzindo material que divulgava apenas as falas contrárias ao movimento estudantil. No entanto, os estudantes afirmaram que permaneceriam acampados e que estavam dispostos a dialogar com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para estabelecer um acordo e garantir que as eleições ocorressem. A fala de um dos docentes de ‘nossa’ escola nos mostra um pouco de sua percepção sobre a maturidade dos ocupantes secundaristas:

A relação dos meninos com o TRE foi algo, assim, revolucionário. Eles fizeram um acordo com um dos caras mais tradicionais do estado. E no outro dia o desembargador falou assim ‘eu fiz um acordo com os menores [um desembargador usando esta expressão, que é ilegal!]. Nós respeitamos os acordos e os menores respeitaram os acordos’. O TRE foi tirar fotos e quando chegaram numa escola em Cariacica viram os caras fazendo uma horta! Os caras não têm noção da radicalidade que é esta parada. Eu acho que o que eles deram conta de fazer em duas, três semanas, valeu a escolarização inteira no que diz respeito ao aspecto político.

A alteração da rotina nesta escola de EJA em função das ocupações secundaristas deu consistência a muitas discussões que tivemos ao longo do ano nas formações continuadas. Conhecer o movimento estudantil em seu germinar reacendeu na escola chamadas de força para encarar este período de instabilidade sustentado pela permanência de um governo provisório e entendido como golpista.

E conosco não foi diferente. Estar junto aos ‘secundas’ nos possibilitou ver o Ensino Médio de outra forma. Num tempo anterior às ocupações, entendíamos esta etapa da escolarização como um breve período em que o estudante deve se apressar em decidir ‘um rumo’ para sua vida. Uma visão extremamente reduzida, mas permeada de efeitos das próprias práticas escolares, que atravessaram nosso próprio processo escolarização: pela urgência em entrar no mercado de trabalho, fomos moldados para encarar o Ensino Médio como um divisor de águas que separa os

sujeitos produtivos dos improdutivos. As ocupações secundaristas nos ensinaram que o Ensino Médio e todos os demais segmentos podem e devem ser utilizados como espaços de transformação política, de formação para a vida. Por isso entendemos que o analisador-OCUPAÇÃO colocou em análise as práticas não só da escola em que atuamos, mas também as nossas concepções e a dos sujeitos que nela atuam, sejam eles militantes ou não. Embora a escola em que atuamos vivesse suas próprias crises internas, vimos que a irrupção de um movimento coletivo externo fê-la ser atravessada por um novo movimento crítico e ampliador de seu modo de conceber a educação. “Ocupar e educar”, eis o lema maior que passou a afetar os educadores de ‘nossa’ escola. O depoimento de um dos seus professores mostra como sua percepção acerca do movimento estudantil estava sensibilizada de entusiasmo por captar o movimento de uma nova energia coletiva de transformação que parecia vir sendo silenciosamente gestada dentro das escolas antes mesmo da crítica emissão da PEC-55.

As escolas que ocuparam depois de segunda já tinham aprendido a tecnologia das escolas que ocuparam antes. As que ocuparam quinta, sexta e sábado tudo foi ali na hora, à flor da pele. Aí eu fui no sábado, e quando voltei para dar uma aula pública no domingo eu vi que a companheirada que estava no sábado estava lá novamente. Aí eu pensei ‘opa, tem alguma coisa acontecendo com a gente, então ninguém aqui [na escola] estava dando milho aos pombos’.

Após a decisão do Ministério Público Estadual, mandatos de reintegração de posse foram expedidos e os estudantes foram obrigados a desocupar. A escola se fez presente também nestes momentos de desocupação visando tentar garantir que os estudantes encerrassem aquele período sem sofrerem agressões de nenhum tipo, visto que muitos deles receberam ameaças de pessoas contrárias ao movimento.

Em 5 de novembro, o Seminário Étnico-Racial, um dos eventos realizados anualmente pela escola, ganhou um nome especial em homenagem às lutas secundaristas: #OcupaNegritudes. Neste evento, a temática das Ocupações fez parte dos debates, além de ter sido proporcionado um espaço para reflexão sobre as lutas das negras e negros no Brasil.

Assim, 2016 não se encerrou com a imagem de um movimento estudantil ‘derrotado’ pelo judiciário, pois ainda no mês de novembro, no dia 17, um grupo ocupou o pátio de outro prédio público, desta vez a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo. Os estudantes exigiam uma conversa que deveria ser realizada diretamente com o Secretário de Educação, o qual se negou ao diálogo. Mesmo diante da situação de não ter acesso ao interior do prédio, eles resistiram com o apoio da Defensoria Pública e da mesma rede de militantes, civis e educadores criada no início das ocupações.

O posicionamento do Governo do Estado foi de não diálogo com os estudantes, da mesma forma como ocorreu anteriormente com outros movimentos sociais. Isso acirrou a precarização das condições físicas dos ocupantes, com a negação do atendimento às mínimas reivindicações das pautas locais.

Ao fim das ocupações, compreendemos que a equipe da escola foi marcada pelo aprendizado obtido com os estudantes, que reacenderam no corpo docente desta escola a vontade de seguir lutando por uma educação crítico-inventiva. Aprender, ensinar e construir política nas ruas, nas assembleias, nos fóruns, mas principalmente na miudez do cotidiano da sala de aula, sentimos que foi esta a aprendizagem que tivemos neste período, pois percebemos que a movimentação estudantil era também efeito de anteriormente, por muito tempo, educadores terem fomentado o contato com temas políticos em sala de aula. Para nós, fica explícito que as ocupações secundaristas dispararam uma vivência que não será esquecida. Encerramos, assim, com a fala de um dos professores, igualmente extraída do contexto de análise do envolvimento da equipe escolar durante este período repleto de paradoxos:

Eu acho que a gente sai [deste ano] com um clima de união e comunhão pela forma como tudo foi produzido coletivamente.

Certamente, aqui cabe retomarmos a concepção de que o analista institucional trabalha sempre problematizando as crises encontradas em uma instituição: no caso desta escola, precisamos compreender crise não como um conflito negativo de forças, mas como momento agudo, em que forças se intensificam em prol de uma transformação. O que pudemos presenciar atuando junto desta escola foi justamente a emergência de uma crise neste sentido: repentinamente muitos educadores, alvoroçados, empenharam energias em, além de seguir com as atividades normais da escola, apoiar os estudantes ocupantes, não apenas com mantimentos, mas também com seus conhecimentos nas áreas de História, Política, Artes, Direito etc. Ao também participarmos desta dinâmica, pudemos notar que, antes de tudo, esta intensificação do cotidiano aguçou nos professores o sentimento de que todo um sistema educacional passa por um renitente mal-estar, incluindo-se aí o modo insalubre como se gere o trabalho, a restrição dos conteúdos pedagógicos, o investimento estatal escasso. Este mal estar era denunciado pelo contraste que alguns professores disseram perceber entre o modo habitual de viver as escolas – individualista, enrijecido, com as disciplinas encerradas em suas áreas e em salas fechadas - e a maneira alegre, coletivista, plural, intensa com que os secundaristas as ocupavam, preenchendo os dias não apenas com aulas e temas ligados ao contexto político, mas também com atividades ampliadoras

da visão de mundo, como música, teatro, cinema etc. Entretanto, aguçou-se, antes de tudo, o sentido de que militar é também fortalecer as muitas, pequenas e belas formas de resistência que já se instituem neste contexto de mal-estar; se elas já não existissem e estivessem sendo produzidas, não teriam as ocupações funcionado de modo tão auto-gestivo, criativo, incluindo experiências educacionais concretas, como cozinhar, construir uma horta, organizar um dia de atividades equilibradas entre lazer, arte e discussões políticas.

O sentimento de potencialização que as ocupações produziram nos professores parece ter sido o grande efeito desta participação ativa. Além disso, foi no afã de estarem participando das ocupações, que estes professores também se viram impelidos a fomentar discussões sobre a PEC-55 junto de seus próprios alunos em suas aulas ordinárias.

Passarinhos libertários: uma educação indócil e militante

Partimos agora a analisar, sob a luz de conceitos de Hannah Arendt, as relações estabelecidas entre militância e educação. Para tanto, explanaremos um pouco sobre os conceitos de *vita activa* e política, trabalhados pela autora.

Arendt (2015, p.12) nos alerta que a condição humana não deve ser confundida com a ideia de natureza humana, pois a condição humana não está relacionada à compreensão inatista de instinto; ao contrário, ela é da ordem das relações e só se caracteriza como tal porque nos organizamos em sociedade. A autora afirma que somos condicionados de dois modos: o primeiro deles é representado por nossos próprios atos, sentimentos e afetos, ou seja, tudo o que para Arendt expressa a complexidade da relação do sujeito consigo mesmo. O segundo modo de condicionamento é formado por elementos externos e que remontam às interações que o sujeito cria com o mundo (a sociedade e seus processos históricos, os grupos nos quais estamos inseridos, etc).

Arendt (2015, p.27) descreve as conexões aparentemente simples existentes entre os elementos condicionantes da vida humana e afirma que estas conexões compõem “a *vita activa*, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo”. A ação, modo como os sujeitos desenvolvem pluralidade, é o que representa a busca dos seres humanos por viverem em sociedade, uma vontade de coletividade. Compreendemos, pois, que a ação é o que propicia ao sujeito inventar outros modos de existência. “Então, o que é ação? É uma atividade básica da existência humana, a que possibilita ao homem se relacionar com os outros e se inserir na teia de narrativas que enreda os feitos humanos.” (TELES, 2005, p. 131).

A *vita activa* designava, dentro da experiência grega, três atividades humanas principais, o labor, o trabalho e ação, sendo que esta última é “a única atividade que se exerce diretamente entre

os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade” (ARENDR, 2015, p.15). É importante ressaltar que, no que concerne aos estudos de Arendt, utilizamos o termo político em referência a “todas as atividades que têm relação com o comum, aquilo que não é privilégio de ninguém” (TELES, 2005, p. 124). Ora, conforme descreve Arendt, a ação é realizada necessariamente na pluralidade entre os homens e ela é, por isso mesmo, a atividade política por excelência. A pluralidade é a condição para e pela qual a vida política se constituía na experiência grega.

E política, para esta pensadora, seria idêntica à liberdade (ARENDR, 2013, p.60), isto é, a política não advém da liberdade e nem a ela objetiva, senão que é idêntica a ela. Ademais, a autora também destaca que o espaço de ação política era necessariamente o espaço público, no qual, diferentemente do espaço privado, não poderia, de maneira alguma, vigorar a violência e o despotismo (ARENDR, 2015, p.36). O espaço político era, então, o espaço de liberdade e, como tal, lugar de exercício da pluralidade entre os homens. Outro aspecto importante da ação política era que ela se desvinculava por completo de toda atividade que fosse necessária e útil para a sobrevivência do homem como corpo biológico. A liberdade da ação política consistia, justamente, em se poder lidar com a pluralidade dos homens, sem o ordenamento das necessidades biológicas. “A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*.” (ARENDR, 2013, p.24). Mas, o que há de mais importante a ser destacado na ação como parte da *vita activa* que concerne à liberdade na vida política é que, nas palavras arendtianas, a política não tem qualquer vinculação com um ato jurídico. A igualdade entre os homens, na experiência política dos gregos, nasce da liberdade de ação entre si e na diversidade, não da justiça (ARENDR, 2013, p.49). Por isso é que ela só pode se realizar em sua plenitude no espaço público, ou seja, lá onde o mundo é imediatamente mundo coletivo, compartilhado, comum e plural ao mesmo tempo. A importância do mundo comum está no fato de que ali, sua realidade não é garantida pela igualdade dos homens como espécie biológica, mas pela defesa do interesse compartilhado, que deve estar no horizonte de todos, mediante o trato com as diferentes posições colocadas. “O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe permite uma perspectiva.” (ARENDR, 2015, p.68) Assim, Arendt não naturaliza a *vita activa* como um instinto ou um constructo metafísico. Ela afirma que esta *vita* é construída pelas relações que estabelecemos nos planos biológico, psíquico e, principalmente, no plano político; exatamente por isso, não está dada a priori.

Com base nestes conceitos, apontamos que um dos desafios presentes ao se assumir parte de uma militância na educação é transpor a lógica da representação como aquilo que isenta os homens da tomada de ações. A concepção de *vita activa* nos coloca a pensar que a militância só pode se

dar de modo direto, por ações diretas, realizadas entre os homens e mulheres, num processo de aprendizagem de atos, que configuram um coletivo como campo de vidas plurais. Uma ação que se configura como luta política é, portanto, também parte dos processos educacionais. Ora, não seria possível, nem aos estudantes, nem aos professores, terem chegado a aprendizados tão concretos e importantes para a vida – modos criativos de organização, o plantio, a emoção, a negociação com o Tribunal Regional Eleitoral - se não tivessem se agenciado num movimento de resistência política, de composição de suas diferenças num espaço público. Podemos afirmar, assim, que a militância é uma prática da pluralidade humana e, neste sentido, toda militância age num infundável campo de forças, no qual a consciência não pode ser ofertada pelos intelectuais e lideranças aos que lutam, pois ela já está presente nas massas pela via da liberdade, isto é, por meio de sua própria ação em coletividade. Entre os professores da escola, sua articulação para a ação se dava por meio dos telefones celulares, nos grupos de conversa do whatsapp; o tempo todo notamos laços de cumplicidade, parceria e ação coletiva sendo produzidos. Havia professores informando para onde se encaminhavam, outros dizendo quais aulas abertas puderam dar e em qual escola, outros contando das emoções que sentiam, outros alertando qual escola se encontrava ameaçada pela polícia, enquanto outros se dispunham a organizar coletas de mantimentos para serem levados.

Vemos, através disso, que as ações eram plurais, produzidas por uma pluralidade de atores, os quais estavam em defesa do espaço público de educação, justamente como espaço de produção de mais *vita activa*, mais ações plurais: pluralidade potencializando pluralidade. Simultaneamente, neste processo, a própria articulação auto-organizativa dos professores lhes permitia ir aprendendo sobre uma nova forma de organização, sobre a necessidade de ampliar os conteúdos educacionais, sobre as ameaças à educação, mas, principalmente, sobre o laço que ligava um ao outro na sua pluralidade, como vidas que agiam por um espaço comum. É neste sentido que dizemos que a participação dos professores nas ocupações constituiu-se de ações ao mesmo tempo políticas, militantes e educacionais. Certamente, devemos ter em conta que as concepções de Arendt se baseiam na experiência grega, outra realidade cultural; no entanto, são conceitos que nos ajudam a potencializar e a diferenciar o que entendemos por política e militância.

Através do acompanhamento das ações desta escola nas ocupações estudantis, pudemos presenciar a multiplicação do sentido de militância e de educação militante: vimos, pois, que o ato de educar era a própria forma da militância, não só porque vivíamos um momento de disputa de forças, mas também porque se experimentava, ali, uma intensa movimentação capaz de gerar aprendizagens potentes o suficiente para transformar as vidas de professores e estudantes, ampliar suas visões de mundo, sua ação no mundo, suas concepções, seu modo de agir no espaço público

e entre outros homens e mulheres. Por outro lado, também presenciamos um momento em que a educação se constituía como campo de militância por excelência, pois se tratava de ações realizadas no espaço público, no diálogo de diferenças e, especialmente, na tentativa de mudar os rumos da instituição responsável por formar modos de viver, pensar, sentir e agir.

Portanto, segundo estes conceitos trazidos, uma educação politizada e militante atua não apenas de forma a enfrentar os principais problemas sociais, mas também no sentido de fortalecer e se deixar potencializar por ações coletivas libertárias, emergidas da pluralidade dos seus atores; ações das quais eclodem inusitadas e inspiradoras aprendizagens. Afinal, notamos que, ao partirem de ações políticas, coletivas e construídas em espaços comuns, foram os professores os próprios aprendizes, especialmente porque foram eles a serem inspirados pelos jovens das ocupações. Ora, não seria essa a tarefa mais política – e poética - da educação? Inspirar as vidas, para buscarem sempre um mundo desconhecido e um novo modo de viver?

Junto com os professores e estudantes das ocupações, vivemos um momento de tessitura de uma educação indócil, produtora de liberdade e que, com a intensidade de passarinhos que aprendem a voar, se recusava a privatizar-se, a minimizar-se, a tornar-se mais restrita. Apesar de não ter conseguido ser ouvido pelo poder público, o movimento produziu intensas transformações educacionais e políticas, quando entendemos esta como ação livre entre os homens e mulheres em sua pluralidade.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- ARENDT, H. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- LOURAU, R. Pequeno manual de análise institucional. In: ALTOÉ, Sonia. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*, pp. 122-127. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PASSOS, E.; ROSSI, A. Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*; Rio de Janeiro – RJ, v. 5, jan-jun. pp. 156-181, 2014.
- PAULON, S.; ROMAGNOLI, R. Pesquisa-Intervenção e Cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, UERJ, n.1, p.85-102, Jan./Abril, 2010.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ROMAGNOLI, R. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, UFMG, v.26 n.1, p.44-52, Jan/Abril, 2014.

TELES, E. L. A. **Práxis e poiesis: uma leitura arendtiana do agir político**. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política 6, 1/2005, pp. 123-140.

¹ Pesquisa com financiamento da FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo)